

# NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

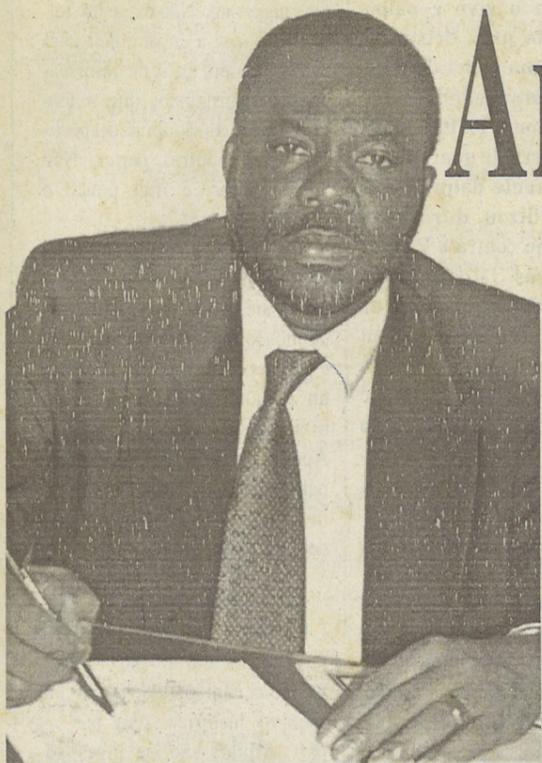
ANO XXIII - N° 1625

Preço: 300 F CFA

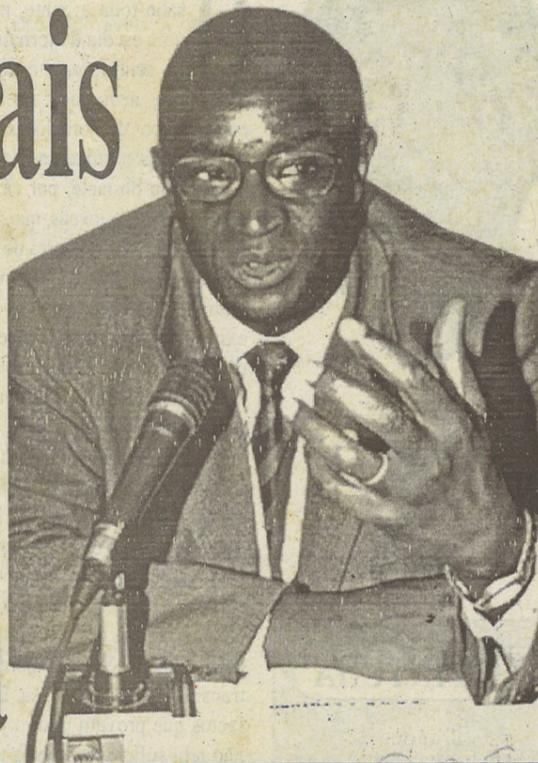
Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

## RGB expulsa do governo de base alargada



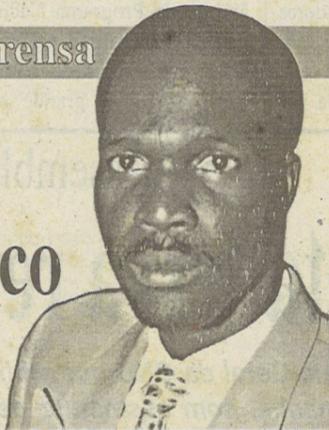
# Antigos rivais voltam à ribalta



Páginas ..... 9 e 12

Artur Sanhá em conferência de imprensa

## “Senegal não pode fazer bloqueio económico à Guiné-Bissau”



Página ..... 5

Inquérito

## Os djílas reabrem cacifos

Página ..... 4

## Dia mundial da fome

Página ..... 8

Condenado mais um prisioneiro de guerra

## João Monteiro atrás das grades por 12 anos



O Director Geral da Segurança do Estado, do regime do ex-Presidente da República, Nino Vieira, João António Monteiro, foi hoje condenado, pelo Tribunal Regional de Bissau à pena de 12 anos de prisão e uma indemnização de 200 mil francos CFA a uma vítima, Ansumane Faty.

Página ..... 12

Análise

## Ponto de mira

Pág. .... 2

## Nô-Pintcha à margem dos média

# Nô-Pintcha à margem dos média

Uma vez escrevemos sobre o Jornal NÔ Pintcha. Era nossa intenção evocar a triste situação em que voga no contexto mediático guineense. Não é demais, se, agora, voltamos ao leitor com o título que leu acima. Mas, está claro, o "Nô Pintcha", como média do Estado, não deveria ser desses que perscrutam o horizonte tristemente se o patronato não tivesse problemas sérios.

□ Amarante Sampa

O Jornal Nô-Pintcha, como sabe toda a gente, não é uma escola de jornalismo no sentido estrito do termo, nem pode ser visto como berço de jornalistas sem pass para as profundezas da profissão. Não obstante, por cá passaram grupos de jovens, que, hoje, figuram entre os melhores do país.

Eu, pelo menos, continuo a duvidar da ideia segundo a qual, existe uma certa ausência de valores no nosso órgão. Porque se não vejamos, é o Nô-Pintcha que faz o jornalismo no país.

Que a verdade seja dita! Parece haver uma certa discriminação sobre os órgãos do Estado. A título de exemplo, o Nô-Pintcha, tomado no conjunto da Rádiodifusão e da Televisão Nacionais, é dos menos dotados, pelo menos neste momento de transição para a mudança. Eis os factos que provam isso: o jornal não tem suficientes meios técnicos - computadores, scanners, UPS, aparelhos condicionadores de ar avariados, tem luzes fluorescentes estragados, etc. etc. Além disso, a única viatura que

havia recebido já velha, possui, agora, todas as peças putrefactas. Seria mesquinho afirmar que os outros órgãos dispõem de algumas, precisamente devido às suas naturezas: um é apenas audível, enquanto o outro permite ouvir e ver as imagens. No mundo, todos os Governos que sabem do papel que podem jogar em termos propagandísticos não os deixam empobrecidos como acontece connosco. Os outros, porém, que dominam a ciência dos média e sabem que um Estado não pode viver sem jornais, e, sem mesmo quererem olhar pelas tendências que as vezes assumem os jornais, investem neles.

É que os jornais, diferente dos média audiovisuais - rádio e televisão - têm uma função educativa mais perto da da educação propriamente dita. A sua comunicação não é instantânea como sucede com os outros.

Neste momento, a Comissão Técnica incumbe pela recolha de opiniões e ideias no âmbito do Programa Nacional de Boa Governação, está a auscultar os actores da comunicação social. A grande men-

sagem que dirigimos à mesma é a seguinte: o actual sector de comunicação social guineense tem o vivo e palpitante direito para deixar de ser como uma arma de pura e simples propaganda como a que utilizou o PAIGC para fazer a guerra de guerrilha, e muito diferente daquela que o tuga utilizou durante o colonialismo contra o PAIGC e suas forças. Já deixamos a era de ditaduras, em troca da democracia. Neste regime mui popelado e mui aconselhado à povos e lobos, o jornalista é apenas aquele que trabalha a notícia como um facto ocorrido numa certa altura do dia, em determinado lugar de mundo e sobre este senhor, partido ou população. O jornalista democrata é um actor de desenvolvimento e não um tareco politicamente manipulável.

Da tomada de posse do Governo do PRS/RGB de Base Alargada para cá, várias foram as viagens que os dirigentes deste país efectuaram ao estrangeiro, sem se fizerem acompanhar de um repórter do NÔ Pintcha. Mas, não era assim no tempo da

ditadura vieirista. Naquele tempo, Nino nutria um certo carinho pelos jornais e gostava de ver sua cara nas capas destes. Por que é que isso deixou de ser?

O leitor se terá feito a questão de saber por que razão o Nô Pintcha não tem publicado notícias das regiões, desportivas ou internacionais. Não é que há falta de pessoal a encaminhar para as regiões em cata de informações, ou jornalistas que tratem muito bem as notícias desportivas ou de outras partes. Não temos meios, e mui pouco o acesso à internet.

Temos a certeza que o Governo não é alérgico aos jornais. Aliás, até já deu bons sinais para connosco, ao doar a sua atenção e alguns materiais de serviço - um conjunto de cadeiras, duas bicicletas... ele quer apoiar. Apenas pesada é a carga que tem pelos ombros, e uma vez que a mesa redonda de Genezbra não deu ainda os frutos esperados.

Pensava em tempos

Mesmo com a pobreza que nos atormenta, o Nô Pintcha funciona, um pouco, como um arquivo histórico sem par no país. Muitos são os investigadores que passam por cá compulsar nossos jornais. E, isto, mesmo que não dê dinheiros, nos torna empenhados ao trabalho. O sucesso vem disso.



## NÔ PINTCHA

Director  
Enfamará Cassamá

Director adjunto  
Simão Abina

Chefe de Redacção  
Domingos Meta Camará

Redacção  
Carlos Casimiro, Adulai  
Djaló, Domingos Meta  
Camará, Enfamará Cassamá e  
Simão Abina

Fotografia  
Mário Joaquim Gomes,  
Manuel da Costa e Pedro  
Fernandes

Secretaria de Redacção  
Ivete Monteiro e Ângela Reis

Edição Electrónica  
Anselmo Matche e Mário  
Oscar

Administração e Finanças  
Inácio Correia, Edmundo  
Piedade, Amâncio Tepam-é,  
N'Gona Mané e Ansumane  
Turé

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: INACEP

## 55ª Assembleia-Geral da ONU

# Planeta terra reunido em Nova Iorque

A 55ª Assembleia-Geral da ONU que vinha decorrendo desde dia 5 do corrente mês, em Nova Iorque, termina amanhã, com assinatura de 25 convenções das Nações Unidas, seleccionadas entre os cerca de quinhentas ratificadas em sessões anteriores, cuja escolha, efectuada por uma comissão de peritos, foi baseada nos grandes temas da actualidade, nomeadamente a paz, direitos humanos, direitos da criança economia e globalização.

Neste encontro, baptizado de "Cimeira do Milénio", o Presidente Koumba Ialá é representado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Iaiá Djaló, que vai proferir um discurso em nome do país.

Na sua comunicação à plenária da ONU, segundo um Comunicado de Imprensa, o chefe da diplomacia guineense vai exprimir a fidelidade do

país aos ideais, objectivos e normas sobre os quais assenta a acção colectiva definida na carta das Nações Unidas e, por outro lado, vai apelar a revitalização da Assembleia-Geral e a reforma do Conselho de Segurança.

O plano de recuperação económica da Guiné-Bissau depois de uma guerra que abalou fortemente o Estado será também acentuado pelo ministro dos Negócios Estran-

geiros, na sua comunicação à plenária. Iaiá Djaló vai ainda aproveitar a ocasião para apelar a participação efectiva de todos os parceiros da Guiné-Bissau, na reconstrução das infra-estruturas sociais e económicas. O fim dos conflitos em África e no mundo, por via pacífica, é um dos aspectos que vai merecer a observação do diplomata guineense.

À margem da "Cimeira do Milénio", o chefe da diplomacia

guineense tem em agenda diversos encontros com homólogos de outros países. É uma iniciativa diplomática que visa, de um lado, a reaproximação com os parceiros e, estreitamento das relações de cooperação, por outro.

Importa, para já, realçar que entre as personalidades com quem Iaiá Djaló se deve encontrar figuram os ministros dos Negócios Estrangeiros da França, Alemanha e do Canadá.

## Inquérito

## Fecho da fronteira

## Guineenses apelam para a ponderação e bom senso

A situação na fronteira que separa a Guiné-Bissau do Senegal voltou a ser notícia nos órgãos de imprensa nacional e estrangeira. Há menos de um mês, importantes delegações dos países sentaram-se a mesma mesa em busca de uma solução plausível para a situação de crise entre as populações dos dois lados da fronteira, originada por ladrões que circulam a seu belo prazer entre os dois Estados furtando aqui e acolá, o que levava os senegaleses a fecharem unilateralmente as zonas de acesso ao seu país. Voltando a repetir-se agora, apesar das medidas de operações conjuntas de patrulhamento e a livre circulação das populações e bens que haviam sido decididos nesse encontro, formulou o NP a seguinte pergunta: Tem alguma opinião sobre o novo fecho da fronteira com o Senegal?

● Amarante sampa

**F**atú Sanó (Fatinha), cidadã comum: Bem, sobre este assunto o que tenho a dizer é o seguinte: na quinta-feira passada, 31 de Agosto, fui para a Gambia via São-Domingo-N'pack-Ziguinchor. No regresso, fui vítima deste fecho repetino e unilateral da fronteira pelas populações locais.

A travessia para cá nos foi impedida e a população do outro lado da linha nos roubou tudo quanto trazíamos connosco, a saber, embalagens desabão, tigelas, roupas e outros artigos que havíamos comprado em Gambia.

A grande sorte que tivemos naquele lado da linha foi a de termos encontrado um gendarme que é descendente da Guiné-Bissau. Ele teve muita paciência connosco, e nos acompanhou até a residência do cônsul da Guiné-Bissau em Ziguinchor. Não conhecíamos ninguém naquela cidade, enquanto o tempo já marcava dezasseis horas da noite. À chegada, aquele gendarme apresentou-nos ao cônsul e explicou-lhe do nosso problema no sentido de ele nos receber. Este, porém, alegou que não tinha lugar para nós, pois, tinha em casa vários familiares a gozar de férias. Ele negou de forma pouco amigável, e disse mesmo que não podíamos ficar na sala de estar. Como alternativa, tivemos que seguir para a Igreja Católica, falar com as irmãs que nos albergaram e nos deram de comer, dormitório, etc...

Na minha opinião, neste momento, as nossas autoridades deveriam ponderar pelo seguinte: reduzir as taxas alfandegárias e reequipar o nosso porto a fim de continuar a abastecer o nosso mercado pela via marítima. Porque os senegaleses estão enganados de que se continuarem a manter a fronteira fechada, iremos ser prejudicados. O que eu considero de mentira.

Nós, noutros tempos, todos os produtos chegavam ao país através do porto. Pelo que nunca tivemos fome nessa altura. Penso que o mesmo deveria continuar agora, por ser mais simples e prático.

Voltando atrás, eu diria que



Fatú Sanó (Fatinha), cidadã comum

nós fomos roubados durante a via de regresso à casa, enquanto as nossas autoridades aqui, não tratam os senegaleses que residem cá de forma desumana como eles nos trataram. É preciso pensar nisso.

**H**élder Proença, político: Em primeiro lugar, trata-se de uma questão de complexidade. O problema fronteiriço deve ser tratado com muita responsabilidade, isto porque tratando-se de uma área de soberania, é um assunto que interpela todos os guineenses. Um assunto de interesse nacional. Sendo assim, nós pensamos que o Governo e o Presidente da República devam dar, primeiro, provas de maior responsabilidade na gestão desse assunto.

Deve-se saber que na fronteira norte com a vizinha república irmão do Senegal, vivem populações que têm a mesma cultura, a mesma origem étnica, e, por vezes, partilham o mesmo espaço, as mesmas tradições, etc...

É uma zona em que facilmente há o fluxo de pessoas nos dois sentidos.

Essa movimentação de pessoas, que por vezes tem campo de lavoura ou no território senegalês ou no nosso território. Muitas das vezes têm que ir utilizar infraestruturas escolares que existem no Senegal ou na Guiné-Bissau.

Portanto, devem imaginar estas entre outras situações delicadas levam a que, enfim, a zona seja muito bem gerida.

As pessoas facilmente dizem que a questão do roubo do gado é



Hélder Proença, político

que está na origem destes conflitos. Mas esquecem-se de uma outra questão fundamental, muito mais importante que pode não ter nada a ver com o roubo do gado.

Será que as autoridades, quer da Guiné-Bissau, quer do Senegal se interrogaram da emigração populacional? Porque há regulamentos tradicionais que existem ao longo da fronteira das duas partes, cujas origens e tradições estão ligadas com a Guiné-Bissau.

Mas, que em determinados momentos, essa comunidade de povos ora estão nesta parte da fronteira, e noutro determinado momento, voltam para o outro lado. Essa migração, entre aspas, pode trazer consigo também a transferência dos seus haveres, bens, etc...

Eu penso que nesta questão do fecho da fronteira devia ter efectivamente, um acompanhamento com pessoas responsáveis, conhecedoras do problema, que conhecem muito bem a história dessa região. E quando isto não acontece, podemos estar a assistir mais uma vez, à uma irresponsabilidade do Governo, é do próprio Presidente da República. Porque, infelizmente, quando o Presidente da República intervém, é sempre da forma negativa.

Nós pensamos que há pessoas neste país que conhecem muito bem a situação desta fronteira. Poderiam ser chamadas a intervir no assunto e dar uma contribuição na busca de uma solução durável para o interesse dos dois povos.

Muita das vezes as pessoas dizem com uma certa razão, que o



Deolinda Dabó, Cidadã Comum

problema da fronteira tem a ver com a questão dos rebeldes do MDFC. E que há uma relação de cumplicidade com a Guiné-Bissau.

Eu julgo que uma vez por todas, o Estado da Guiné-Bissau, através do seu Presidente, deve de uma forma inequívoca, tornar pública de que o estado da Guiné-Bissau não é parte do conflito do Casamence. E que o problema na fronteira sul do Senegal é um problema interno dos senegaleses.

É importante que se diga isso de forma inequívoca para se evitarem mal-entendidos, que, as vezes, são as próprias autoridades que levam as pessoas a concluírem de forma errada sobre esta questão.

Nós, como partido, pensamos que a procura da solução para questão deste conflito só poderá ser na base de uma postura extremamente responsável.

Pensamos que o Estado da Guiné-Bissau pode dar o seu contributo como tem vindo a dar junto com outros parceiros, pensamos que devemos caminhar nesse sentido.

Portanto, nós temos a nossa opinião sobre este assunto e no momento próprio, iremos, se for o caso, dar a nossa posição sobre esta questão que é tão delicada, que é a questão da fronteira.

Entretanto, sobre o fecho da fronteira aqui não pode haver vencedores, tanto o Senegal Como Guiné-Bissau ficarão prejudicados. Como sabe, há um fluxo de comércio extremamente importante a nível das fronteiras. Os

operadores económicos senegaleses têm, evidentemente, interesse nessa transacção comercial que têm feito ao longo de vários anos com a Guiné-Bissau e vice versa.

Portanto se persistirmos nessa lógica que é uma lógica absurda, porque não tem nada a ver com o interesse dos nossos respectivos povos, ou seja com o interesse dos dois Estados.

Nós gostaríamos de exortar as partes que privilegiem a ponderação no bom senso, elegendo o bom senso, como forma de interpelar as questões que existem poderemos ir no bom caminho e poderemos encontrar as soluções para os problemas que existem e que não são poucos.

**D**eolinda Dabó, Cidadã Comum: O que direi sobre este assunto vai singir quase numa declaração. Porque fui vítima da situação do fecho de fronteira na passada quinta-feira, quando regressava de Gambia.

A passagem me foi bloqueada pelas populações que vivem ao longo da via que liga N'pack com Ziguinchor. Além de mais, fiquei sem nada porque confiscaram tudo o que trazia da Gambia. Penso que já é momento de o Governo intervir de forma positiva, dizendo basta aos abusos deste género.

Digo isto porque não faz sentido nenhum dizermos que estamos inseridos dentro do quadro da CEDEAO organismo sub-regional com permite a livre circulação de pessoas e bens. É penoso, pois cada vez que se viajar atravessando aquela zona, tem que se pagar taxas em todos os postos de controlo. Comportam-se como entendem. As vezes, pedem mil francos, 500 cfa, etc. E isto acontece só com cidadãos guineenses. Tanto absurdo é continuar nesta situação.

Do nosso regresso da Gambia, tal como disse a Fatinha, o nosso cônsul em Ziguinchor não se comportou devidamente connosco, recusando hospitalizar-nos, apesar do nosso estado de détresse. Agradecemos muito a igreja católica local que fez tudo para nós.

É preciso que nosso governo exija das autoridades senegalesas e gambianas, o respeito pelos acordos e disposições legais da CEDEAO.

# Os "Direitos" são mais ouvidos na Guiné-Bissau do que os "deveres"

Com este pequeno artigo não quero fazer à colocação o meu pessimismo, mas queria chamar a atenção sobre duas "palavras simétricas", a meu ver, importantíssimas para o desenvolvimento social, cultural, político e económico de qualquer sociedade. Tratam-se de DIREITO e DEVER.

João Tambá



Atualmente, o que se ouve diariamente, directa ou indirectamente na Guiné-Bissau, é "Tenho Direito a isto e aquilo". A palavra "Direito" tem uma forte voz nos aparelhos de rádios, televisores, nos jornais, etc, fruto de chuva de reclamações, provenientes das fa-

mílias, dos bairros, dos mercados, dos clientes, dos políticos, aliás, de todas as esferas da sociedade guineense.

Os "direitos" são mais ouvidos na Guiné-Bissau do que os "deveres". Com esta mentalidade em que tudo e todos exigem direitos, o país está a falhar e se falha, adia o seu desenvolvimento, porque todos estão apontando dedos uns aos outros, culpando-se e ninguém faz nada. As pessoas devem incutir na mente que nada se transborda automática e milagrosamente.

Por isso, urge cultivar o espírito de "Dever" na sociedade guineense. Ao contrário, continuarão as expressões: os culpados são os pais, filhos, homens, mulheres, Câmara e Governo actual ou ante-

riores, polícias, militares políticos, jornalistas, professores, alunos, médicos, pacientes, comerciantes, clientes, povo!

Sem minimizar o "Direito" tem tido rara voz, para não dizer esquecido. O Direito e o Dever caminham juntos, em simetria. Vejamos o exemplo duma família: os pais cumprindo os deveres, assistem, com isso, os direitos aos seus filhos e vice-versa.

A ser assim, nesta família haverá sempre a harmonia.

Posto assim, considero que a base de arranque para um desenvolvimento sócio-económico é também o cumprimento dos deveres, aceitando, no entanto, a complementariedade. Isto porque se cada um cumpre com o seu próprio dever, não admira que

ninguém exigirá mais o Direito.

Para terminar, deixo ao bom critério de cada cidadão guineense estas perguntas de reflexão se "Nô misti panha pé di Guiné-Bissau": o que devo fazer para que haja o desenvolvimento do meu país, da minha Região, do meu sector, da minha tabanca? O que devo fazer para que haja a paz no país? O que devo fazer para acabar com os assaltantes à mão armada, drogados? O que devo fazer para proteger o património comum? O que devo fazer para o melhoramento do meu Bairro? O que devo fazer para que a minha cidade se torne mais asseada? O que devo fazer para que haja higiene no meu mercado? O que devo fazer para...! Pense um pouco!

## Inquérito

Os djílas (comerciantes retalhistas) que operam nos diferentes mercados da capital, reabriram os seus cachifos após quatro dias de uma greve de protesto contra o que consideraram de "sucessivos pagamentos de impostos" a que sempre foram vítimas. Esta reabertura apareceu no seguimento de um encontro envolvendo três partes, a saber, os djílas, a Câmara Municipal de Bissau e a Direcção-Geral das Alfândegas, sob a mediação de Helder Vaz e outras entidades. Sobre o assunto, foi o "Nô Pintcha" auscultar algumas opiniões.

Orlando Viegas, presidente da Câmara Municipal de Bissau (CMB), Nós temos os nossos próprios mecanismos e vamos accionar certas medidas em relação ao mercado de Bandim. Teremos que imple-

# Os djílas reabrem cachifos



Orlando Viegas, presidente da Câmara Municipal de Bissau

mentar uma nova lei, a partir da reunião com os retalhistas de todos os mercados de Bissau. A partir de agora, todos os cacifos serão numerados devidamente.

Ninguém e quem quer que seja, não poderá rejeitar a política do governo. Até por que eu não entendo os motivos que estão por detrás da greve que os retalhistas decretaram. Desde o momento em que a direcção-geral das Alfândegas achou que existem coisas confusas dentro do mercado, ela tem que procurar uma solução clara para isso. Acho que ninguém pode pará-la a exercer as suas funções em



Samba Seidy, retalhista

qualquer circunstância que fôr. Porque a lei lhe confere o poder para utilizar todas as prerrogativas. Isto desde que um negócio não lhe parecer lúcido.

Portanto, se eles se acharem que não podem submeter-se às leis impostas pelo governo, através da sua política fiscal, eles devem apenas entregar os cacifos à Câmara Municipal de Bissau, como entidade exclusivamente responsável pelos mercados da capital, aliás, de todos o país. Porque temos "n" pessoas que precisam ocupar os espaços.



Alimato Baldé, consumidora

Alimato Baldé, consumidora - O importante neste preciso momento, é que os retalhistas e a direcção-geral das alfândegas cheguem a uma plataforma de entendimento. Porque, de facto, nós os consumidores, começamos já a ter dificuldades na obtenção de produtos de consumo diário. É só isso.

Samba Seidy, retalhista - O governo deve analisar esta questão ao fundo. Porque, para mim, este assunto merece uma devida atenção. Não estou a dizer que existem pessoas por detrás, mas, é necessário uma

visão mais profunda entre as Alfândegas e os retalhistas que operam nos nossos mercados.

Ainda, o governo, através da direcção-geral das alfândegas, tem que saber, em primeiro lugar, o significado da palavra retalhiata. Para mim, não é mais do que uma pessoa que exerce as funções de comerciante, sem o grande poder para alugar um camião cheio de mercadorias de um país a outro.

Eu, pessoalmente, fico confuso quando as alfândegas nos acusa de que termos connosco algumas mercadorias que não foram despachadas. Isto é absurdo. Repare, cada camião que qualquer um de nós alugar é sempre escoltado por dois ou três guardas fiscais. Depois, a descarga é sempre feita na presença de um verificador, de um agente de segurança de Estado, de um agente da brigada móvel das alfândegas e outros dos serviços do IGV que cobram as taxas no valor de 10 por cento, a cada cliente.

Mama saliu Sané

# Mexidas no plantel do Governo de Base-Alargada

**Um decreto presidencial, assinado pelo Chefe de Estado, Koumba Yalá, exonorou quatro ministros e um secretário de Estado, todos eles dirigentes da Registância da Guiné-Bissau, RGB, (partido político), sob a proposta do Primeiro-Ministro, Caetano N'tchama. Eis o que as pessoas dizem dessas mexidas**

**F**rancisco Benante, presidente do PAIGC: Para nós, do PAIGC, isso não é uma surpresa. A nossa posição na cena política guineense foi sempre clara e bem defendida. Temos declarado por várias vezes em público, que

nunca concordamos com a nomeação de Caetano N'tchama, para o cargo do Primeiro-Ministro. Não é porque temos problemas pessoais, mas sim, analisamos profundamente e vimos que isso não iria corresponder com a nossa expectativa, sobre a pessoa que podia assumir a condução do país rumo ao desenvolvimento.

Entretanto, o momento era especial para o PAIGC. Em que muitos entendiam que não passava de uma situação de má fé, contra a pessoa do Caetano N'tchama, quando não era. Porque a nossa preocupação no momento era para garantir o interesse da nação guineense.

No entanto, surgiu mais uma vez a criação de um governo de coligação entre o PRS/RGB de Base-Alargada. Continuamos a criticar como sempre, pensando que a nossa preocupação seria tomada em consideração, che-



Francisco Benante, presidente do PAIGC

gando a ponto de redizirmos um memorando de entendimento com vários outros partidos da oposição, que entregamos a Jaime Gama. Mas, isso não surtiu nenhum efeito.

Por conseguinte, voltamos a escrever outra carta para o Presidente da República, com

objectivo de alertá-lo da nossa intenção de cooperação entre quem governa e os partidos da oposição, uma vez que achamos que era necessário a co-relação entre nós, aliás, como está na Constituição da República e na Lei, fomos surpreendidos com as declarações caluniosas e difamatórias contra as nossas intenções por parte de Koumba Yalá.

Então, este rebentamento do PRS/RGB é o resultado das nossas previsões no bom sentido de sanar as futuras consequências, propondo soluções viáveis que poderiam melhorar as atitudes governamentais, sem ter em conta as experiências que o nosso grande partido possui de há muitos anos.

Questionado sobre qual seria a sua reacção, se o PAIGC fosse convidado pelo PRS para integrar o governo na base de uma espécie de coligação, Francisco Benante,

disse, citamos: "Talvez, exista, neste momento, alguns contactos individuais entre as pessoas. Mas, por enquanto, ainda não há nenhum contacto formal. Mas, se assim for acho que é normal, porque o PRS, apesar de ser vitorioso nestas eleições, não tem a capacidade moral de se governar sozinho a Guiné-Bissau. Nós não vamos recusar a coligação com o PRS. Não é porque o PRS gosta mais do PAIGC do que as outras formações políticas, mas sim, para levar o país rumo a um desenvolvimento credível e sustentável. E isso é só conosco, aliás, se por acaso essa intenção se traduzir em realidade, será muito bom para a nossa terra, porque isso vem provar que só o PAIGC está habilitado para dirigir a Guiné-Bissau", fim da citação.

Mama Saliu Sané

## "Senegal não pode fazer bloqueio económico à Guiné-Bissau"

**- disse Artur Sanhá**

**"A vizinha República irmã do Senegal não tem capacidade para fazer um bloqueio económico à Guiné-Bissau". É o ministro da Administração Interna quem o afirmou quando falava em encontro com a imprensa, sobre a evolução da situação na fronteira comum com aquele país, que, outra vez, deixou suas populações do sul e leste impedirem o trânsito dos guineenses para o mesmo.**

**E**m apoio à sua tese, Artur Sanhá disse que nem todos os produtos disponíveis nos mercados guineenses são provenientes do Senegal. "Em outras ocasiões, os nossos comerciantes recorrem a outros mercados da sub-região, nomeadamente, do Níger, Gabão, etc., importando pela via terrestre, ou utilizando como rotas comerciais, o trouxe rodoviário da Gambia-Ziguinchor. Neste caso, o Senegal é utilizado apenas como espaço para o trânsito de pessoas e mercadorias, não como mercado", explicou ele.

Aliás, recordou Sanhá, existe entre a Guiné-Bissau e o Senegal uma relação de interdependências comerciais. Porque, acrescentou, se é verdade que o país depende, em parte, dos produtos senegaleses, não é menos verdade também que o Senegal depende dos produtos provenientes da Guiné-Bissau. Enfin, nota-se aqui uma reciprocidade em termos

comerciais.

Por isso, prossegue o ministro, é indispensável falar em bloqueio económico à Guiné-Bissau. E, isso só poderá ter lugar quando se tratar de uma questão de carácter internacional, quando as organizações mundiais ou regionais decretarem um embargo económico contra um determinado Estado, por infração ou não cumprimento de uma lei ou norma internacional. Mas quando não se tratar disso, é inadmissível e inaceitável que um país decreta, unilateralmente, o bloqueio económico contra o outro.

O ministro da Administração Interna, disse, no entanto, que apesar dos contornos que a situação da fronteira vem ganhando, há uma vontade política entre os dois Governos em resolver este assunto de uma forma pacífica. "Aliás, repisou ele, já encetei alguns contactos com o meu homólogo senegalês nesse sentido, e, de momento, aguardamos a sua

reacção, para podermos fazer face a este tão delicada situação".

Artur Sanhá considerou o entendimento entre a população que habitam a zona fronteiriça, como um acidente de percurso, pelo que não deve ser encarado como uma tensão política entre a Guiné-Bissau e o Senegal.

Instado a pronunciar-se sobre os resultados dos trabalhos da comissão conjunta encarregue da vigília a fim de se evitar a repetição dos roubos de gados por bandos armados não identificados, o ministro sublinhou que em contactos permanentes que tem mantido com as estruturas do seu Ministério, a saber, os directores-gerais, polícia judiciária e os governadores regionais, os trabalhos estão a correr de forma positiva, embora haja algumas dificuldades que têm a ver com as vias de acesso aos postos de controlo que se encontram em estado degradante, sobretudo a via que vai de Farim à Cuntima, que é dominada, cheia de

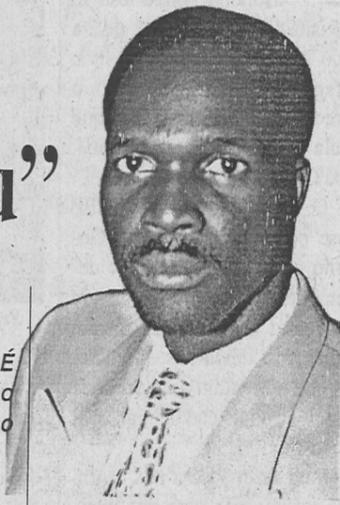
lama. E, os terrenos onde são exercidas as operações de vigia e busca, além de se distarem dos postos de controlo, são lugares revestidos de florestas densas que, como é óbvio, dificultam de certa maneira as operações.

Para a execução desse trabalho, segundo Artur Sanhá, a referida comissão já tem em posse, sete cavalos, bicicletas e motorizadas.

Alguns produtos já foram retirados não surgindo até aqui nenhum reclamante. Resta fazer a sua divulgação junto das autoridades senegaleses, conforme reza o acordo.

Quanto as operações de rusgas, o ministro deixou entender que as autoridades do Senegal estão a dificultar a sua execução no seu território, ao alegar que os "piratas" de gados, ou seja os bandos armados, provêm da Guiné-Bissau.

Artur Sanhá manifestou a vontade do Governo em fazer o impossível, junto dos responsáveis locais, por forma a optarem



Artur Sanhá, ministro da Administração Interna

pela livre circulação de pessoas e bens.

Já a concluir, afirmou que irá procurar saber junto do novo governador de Kolda, dos seus planos visando a apaziguagem dos ânimos das populações que se estimam serem vítimas dos roubos pelo que decidiram unilateralmente impedir a entrada de cidadãos guineenses no Senegal e a livre circulação de bens. Se persistir, não iremos admitir, sustentou o ministro.

A população guineense, apesar da sua simpatia e tolerância, estarão a responder agora, com a mesma moeda.

Uma situação difícil que, segundo Artur Sanhá, necessita de uma intervenção rápida das autoridades dos dois lados da fronteira tratando tudo no bom e melhor sentido

Amarante Sampa

# Secretário de Estado da Comunicação Social em Bolama Governo vai dar maior atenção à Imprensa Nacional

*Tendo superado os compromissos com a Direcção-Geral da INACEP, passou o Governo a preocupar-se com a situação da imprensa de Bolama, que decidiu implementar uma série de medidas no sentido de ver a mesma a retomar o seu funcionamento pelo menos mínimamente, a afirmação é do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, da Comunicação Social e Assuntos Parlamentares.*

• Texto: Simão Abina  
• Fotos: Pedro Fernandes

**P**edro da Costa pronunciou estas palavras no decurso da sua intervenção na cidade de Bolama, onde esteve de visita à imprensa local, de 2 a 3 do corrente, à frente de uma delegação que integrava o Director-Geral da INACEP, que tutela a sua filial de Bolama, José Celestino Dias Sanches.

O responsável da INACEP disse por seu turno, que o Governo produz documentos e decretos-leis, que as vezes levam uma certa morosidade a serem publicados, devido as dificuldades que enfrentam a empresa de Bissau na aquisição de matérias-primas.

Para fazer face a tais carências, o governo teve que intervir, importando os bens indispensáveis ao funcionamento da INACEP, o que lhe permitiu dispor de matérias-primas suficientes afim de poder realizar as suas actividades, entre as quais os Boletins Oficiais e outros serviços.

Enquadrado nos esforços do governo, é que se encontra nesta cidade a presente delegação que tem por finalidade constatar "in-loco" a situação da filial de INACEP de Bolama há muito abandonado, cuja retomada constitui a preocupação do governo, e, portanto, alvo de estudo sobre as medidas e os esforços que terá que se empreender junto dos parceiros da Guiné-Bissau que permitam o funcionamento pleno da Imprensa de Bolama.

Falando das estruturas e equipamentos desta unidade de produção, o Secretário de Estado da Comunicação Social disse ser



*Secretário de Estado, Pedro da Costa Ladeado pelos DG e DAF da INACEP e Administrador do Sector de Bolama*

de conhecimento de governo, de que existem máquinas que datam de vários anos, o que originou a paralização das mesmas, devido também o mau estado em que se encontrava o edifício, mas que felizmente está a ser ultrapassado pouco a pouco.

Segundo Pedro da Costa, um dos objectivos desta deslocação a Bolama é de constatar, de perto, a realidade concreta dos equipamentos existentes na Imprensa local, bem como a situação dos próprios trabalhadores.

Desta feita, o governo, no quadro dos esforços que tem estado a implementar, está a vertente para a dinamização de todos os sectores, em particular, a área de comunicação social, e, depois de registar todas as necessidades em peças sobressalentes para as máquinas possíveis de recuperar, procurar-se à estudar as acções a serem desencadeadas por forma a permitir a que a imprensa volte a funcionar o que poderá permitir a produção de cadernos escolares

e outros.

Paralelamente a esses materiais escolares, a imprensa de Bolama pode produzir facturas, cadernetas e outros materiais de expedientes, o que seria muito salutar para o país. "Para isso, sublinhou Pedro da Costa, vamos despender todo o esforço para pôrmos em funcionamento a imprensa gráfica de Bolama, porque labutam nela um certo número de funcionários que precisam de trabalhar para ganhar sustento para os seus familiares".

O titular da pasta de Comunicação Social disse ser esta a primeira deslocação a nível do seu pelouro visando dar maior atenção a Imprensa Nacional, mas que não será a última, tendo em conta de que a medida que vão fazendo esforços e meios obtidos nesses esforços, serão canalizados para a INACEP de Bolama, com vista a permitir que funcione, beneficiando com isso o país.

Questionado sobre a possibilidade de, na sua qualidade de

porta-voz do Governo, interceder junto do mesmo em prol da promoção do desenvolvimento da ilha de Bolama, Pedro da Costa adiantou que este Governo de que faz parte, é de base alargada, cujos princípios fundamentais que regem a acção governativa é a solidariedade e apoio inter-institucional o que significa que ninguém consegue trabalhar isoladamente, e, na área em que cada um se encontrar, faz os possíveis para complementar o outro colega.

Referindo-se a visita que realizou, o Secretário de Estado da Comunicação Social disse que irá informar todos os colegas em sessões de plenárias e que tem a plena certeza que "os colegas irão compartilhar na medida do possível, e, que, dentro do programa de acção das respectivas áreas, irão deitar uma mãozinha a ilha de Bolama com vista a tirá-la do isolamento a que actualmente está votada, e cada um dentro do seu plano traçado, visitará aquela Região insular, sobretudo para constatar

as diferentes infraestruturas, a saber, sanitários, educativos entre outros afim de permitir a cada um inteirar-se da situação real existente, a mesma coisa poderá vir a registar-se da parte do ministro que tutela as regiões, o de Administração Interna, pois é certo que deverá ter este plano de visita traçado nas suas acções.

Para o director-geral da INACEP, a razão da deslocação à ilha de Bolama enquadra-se no âmbito de se constatar de perto a situação da Imprensa local, tendo em conta o seu estado.

Durante a visita, segundo José Celestino Dias Sanches, constatou-se o avançado estado de degradação de algumas máquinas, as quais em termos técnicos poderão funcionar se houver um investimento, isto tendo em conta que o tempo passa e as tecnologias mudam.

Para pôr a Imprensa de Bolama a funcionar e produzir trabalhos de qualidade, é necessário especializá-la em determinados serviços, defendeu o director-geral da INACEP durante a sua intervenção, apontando entre essas especializações a produção de cadernos, livros escolares, necessitando isto tudo de investimento, trocas de linhas de produção, isto porque no parque gráfico existem máquinas que devem ser abatidos do activo, porque a actual tecnologia é bastante avançada.

"Só com a tecnologia avançada é que podemos ir a concorrência que o mercado exige", sublinhou Celestino Sanches, acrescentando que estas coisas todas dependem em grande parte do esforço do Governo, caso contrário será difícil levar a Imprensa de Bolama a uma

plena retoma.

O reinício das actividades de produção da Imprensa de Bolama é de interesse do próprio governo, disse Celestino Sanches que destacou ser o declínio da mesma data de muito tempo, e pode estar ligado a muitos factores, entre os quais a perda de consciência nacional passando para consciência pessoal, isto é, em vez de os governantes trabalharem com a consciência nacional, passaram a fazê-lo com a consciência pessoal.

A terminar, José Celestino Dias Sanches lançou um apelo ao Governo no sentido de apoiar a INACEP em todos os sentidos, pois, para ele, existem muitas formas de processar as coisas, desde a facilidade na cobrança das dívidas contraídas pelo próprio Governo, canalizar a produção de todos os materiais e expedientes do Governo para a INACEP.

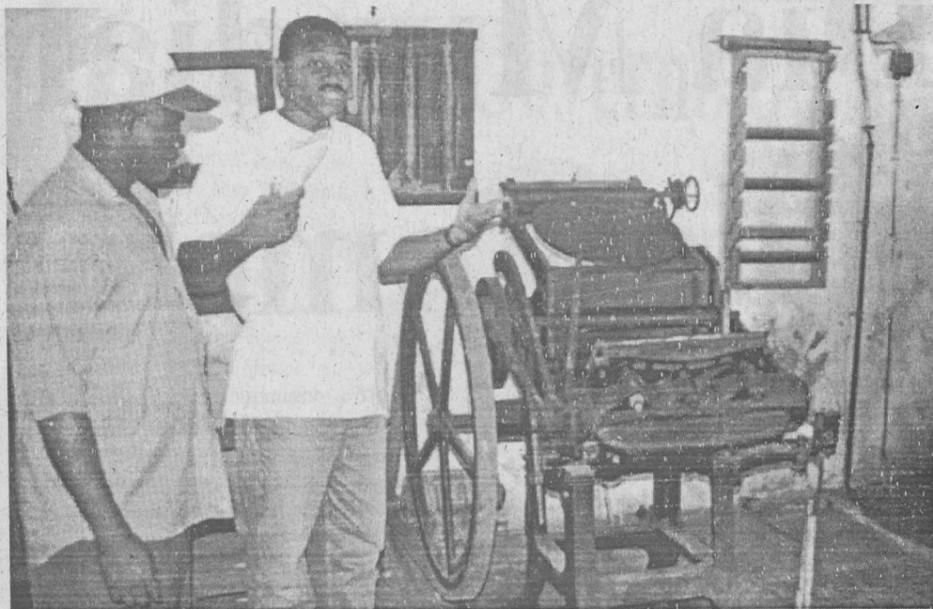
No entender do director-geral da INACEP, a sua empresa tem uma particularidade no tratamento de tudo que é do Governo, porque, sendo uma instituição do Governo, existem leis que o protegem e privilegiam a execução de todos os serviços do Estado sob as suas dependências.

Celestino Sanches não quer com isto excluir a existência da concorrência ao nível do mercado, mas em todos os países existem empresas oficiais que devem merecer a atenção do Governo.

Recorde-se que a Imprensa de Bolama, segundo a testemunha de um dos mais antigos funcionários, Francisco Pedro da Silva, ( Tchico M'Bobi) tem mais de 120 anos e foi fundada pelos alemães.

Tio Tchico M'Bobi, como é chamado pelos habitantes de Bolama, abandonou os serviços de técnico aeroportuários em 1946, para, depois, ingressar naquela imprensa gráfica, devido as próprias exigências dos antigos patrões coloniais, por ser uma pessoa que sempre acompanhava o técnico que prestava assistência de manutenção.

Segundo ele, a Imprensa de Bolama escapou por um triz a malfadada sorte do Hospital local (*sempre a servir de referência*), devido a sua persistência em recusar o técnico enviado na altura para executar as obras, em pleno mês de Junho, altura do início das chuvas, posição que acabou por ser reconhecida pelo próprio empresário ao não conseguir obter nada da parte dos



DG INACEP, Celestino Sanches ao lado da máquina mais antiga do parque gráfico da imprensa de Bolama

então governantes que o enviaram a fazer obras

Apelo para que Bolama não seja votada a um isolamento, para o qual a queda da Imprensa gráfica poderá contribuir, este grito foi lançado por Augusto Barbosa, para a seguir inumerar outras infraestruturas que são basilares para a sobrevivência de Bolama, nomeadamente a "escola de formação de professores" que neste momento está a caminhar para as mesmas condições de outras infraestruturas: a degradação do hospital, pois no seu entender o desenvolvimento deve partir das regiões para a capital e só assim se poderão evitar os caos como os que se verificam noutros países africanos, através do êxodo rural e outros males.

#### Associações juvenis de Bolama preocupadas com a grave situação da ilha

"O Governo do PRS é de acção e não de promessas", afirmou o Secretário de Estado da Comunicação Social quando respondia os jovens de Bolama, tendo, em consequência, delatado a difícil situação herdada pelos actuais governantes.

"Com isso, destacou Pedro da Costa, nunca deixarei de reconhecer o papel da juventude como força motriz que é nos esforços do desenvolvimento do país, e o Governo, apesar de pouco tempo de actividade, quer deixar à juventude de Bolama a esperança de que serão criadas as condições para os jovens de todo o país e em particular os desta ilha".

A respeito do ensino, disse a política do Governo visa a sua descentralização, permitindo a que os estudantes de Bolama fre-

quentem o cursos complementar localmente.

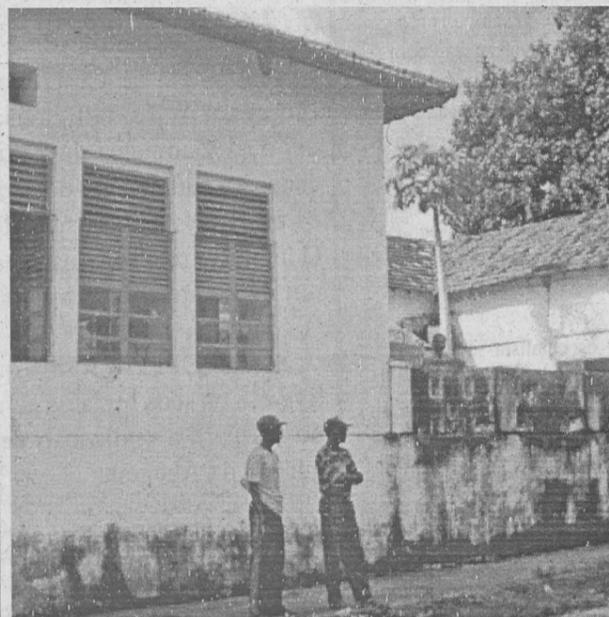
Os jovens, através das palavras de Filipe Joaquim da Silva e Mamadú Mané da AJARB/DS, Flaviano Silva Monteiro da AJOB/PRODEMA e do próprio delegado regional da cultura e desportos, Augusto Lopes Cabral, contaram algumas dificuldades com que debate a ilha, que vão desde as frequências escolares que não ultrapassam a 9ª classe, se bem que outrora esta martirizada cidade chegou a dispôr de cursos complementares e que foram mais tarde retirados sem ser culpa dos bolamenses.

Perante este cenário, segundo os mesmos jovens, começam a surgir dificuldades que vão desde a estada do aluno em Bissau para prosseguir os seus estudos até o próprio enquadramento no novo ambiente familiar. A questão da formação profissional, nomeadamente a crise que se vive na Escola de Formação de Professores, a Escola

de Pesca já em vias de entrar em funcionamento, mas, cujas obras se encontram paralizadas, a situação do hospital local sem bloco operatório, significando isso que um simples apendicite pode provocar a morte, a falta de meio de transporte rápido para a evacuação dos pacientes para Bissau, são algumas das dificuldades apontadas pelos jovens.

A degradação cada vez mais acentuada das infraestruturas das instituições atrás referidas constituem outras preocupações dos jovens, e apontaram uma saída para esses problemas, que passa pelo Governo em afectar uma percentagem dos lucros das pescas que são efectuadas na generalidade nessas ilhas, e isto iria beneficiar toda a Região de Bolama, e permitiria ainda criar condições para os filhos desta região.

Para encontrar resposta a estas preocupações, os jovens constituíram uma delegação que se deslocou até Bissau para se avistar com as autoridades com-



Vista parcial da imprensa de Bolama

petentes das diferentes áreas, nomeadamente os ministros da Economia e Desenvolvimento Regional, Educação, Vice-Primeiro-Ministro e o próprio Primeiro-Ministro, mas até ao momento em que se expunham, esta situação não tinha logrado resultado positivo.

Não obstante, sublinharam, Bolama tem-se destacado em tudo que se prende com a prática desportiva, que o digam os promotores dos Jogos Escolares onde Bolama tem destacado ou em primeiro ou mais baixo terceiro lugar, tudo pelo esforço e vontade de querer

Entretanto, os jovens bolamenses lamentaram casos de deputados da Nação eleitos para a Região de Bolama/Bijagós, que não conhecem a Região e nem tão pouco contactaram com a realidade da mesma e particularmente Bolama.

#### Em Bolama a escola é para os jovens de ambos os sexos

Para o delegado regional de ensino na Região de Bolama, tudo que foi dito pelos jovens corresponde a verdade, principalmente na sua área.

Quanto a situação de escolaridade, Augusto Bicos Mendes, disse existir uma aderência plena dos jovens à escola, uma grande vontade da parte dos pais, tanto assim que a nível das estatísticas não há grande disparidade entre os sexos. Por isso, apelou o Governo para repôr o curso complementar dos liceus que outrora funcionava na ilha com professores qualificados e com disposição para trabalhar. A dado passo, revelou que no ano lectivo findo, 165 alunos concluíram a 9ª classe. "Para onde irão todos esses alunos?"- questionou-se ele.

Quanto a Escola de Formação de Professores, Augusto Mendes disse que a mesma estava na iminência de encerrar as suas portas, devido a obras de reparação.

Temendo que venham a haver semelhanças com o que se tinha acontecido na ilha com o hospital local, Augusto Mendes se exprimiu nestes termos: "quem é que não se lembra do episódio do Hospital de Bolama, neste momento ficou somente o esqueleto da estrutura".

Mais uma vez, lançou um apelo ao Governo no sentido de criar condições para os professores que trabalham no isolamento.

*A injustiça é a grande cúmplice da fome no mundo. Não somos muitos na terra; o planeta, com certeza, pode nos alimentar. As multinacionais de costas a este flagelo.*

# Dia Mundial da Fome

Em conformidade com os conceitos e as estatísticas que o norte-americano Martin Bourque, utiliza com paixão e defende com precisão, a jornada internacional que as Nações Unidas organiza cada ano sobre a alimentação, bem poderia se chamar o Dia Mundial da Fome, da Injustiça, ou da Desvergonha, ou dos ouvidos moucos dos poderosos da terra diante das grandes verdades que hoje devastam o único planeta do Sistema Solar com vida humana.

Para este jovem pesquisador, director do Programa da Agricultura Sustentável do Instituto de Estudo Sobre Políticas para o Desenvolvimento da Alimentação, Oakland, California, é tamanha mentira dizer que somos muitos e que a produção não é suficiente, ou que a terra não é capaz de lhes oferecer o sustento diário aos seus habitantes atribulados.

Tampouco acredita em que as soluções possíveis à fome de 800 milhões de pessoas no mundo estejam nas receitas de mercados das multinacionais que operam neste âmbito, nas quais se mistura biotecnologia, genética e reformas agrárias superficiais com um egoísmo imenso e falta de amor pelo género humano.

"Em breve, o nosso Instituto vai completar 25 anos analisando a fome no mundo e nos próprios Estados Unidos, e todos os resultados desmentem que a super população mundial, a deteriorização dos solos, nem nenhuma outra mudança da natureza sejam a causa principal da fome que hoje sofre a humanidade", afirma taxativamente.

## DIREITOS E BARRIGAS VAZIAS

Um estudo sério e científico, afastado de qualquer visão política, aponta que se fôr distribuído bem o que países ricos esbanjam e os ricos dos países pobres, ninguém dormirá com a barriga vazia, nem seria uma dor de cabeça comer todos os dias, por exemplo, para mais de 36 milhões de pessoas que vivem no

país mais rico da terra.

O facto de que nos países de maior desenvolvimento económico tantas pessoas sejam vítimas da falta de segurança na alimentação é prova de que a causa principal da fome é a péssima distribuição e a injustiça. "Pois como se pode justificar que numa nação como os Estados Unidos, com grandes excedentes de alimentos, haja tantos cidadãos que não tenham a certeza de se vão comer ao dia seguinte?", salienta.

A esse respeito, Martin Bourque comenta que, além das questões agrárias e de desenvolvimento de alimentos, o seu instituto acompanha de perto a política dos Estados Unidos em relação a outras nações, a influência do Fundo Monetário Internacional e o uso da dívida externa das nações mais pobres.

Os alimentos têm inúmeros usos e não são exatamente para eliminar a fome no mundo, disse. E põe como exemplo o uso dado no seu país aos excedentes agrícolas, para aumentar a influência política em algumas regiões do planeta, sendo enviados a esses lugares, embora não seja necessariamente a onde mais precisem deles.

Chama a atenção para o direito à alimentação, que é como o direito a sobreviver, está ausente dos discursos dos que mais falam de direitos humanos.

No meu país, a partir do governo de Reagan, quase nem se fala de direitos económicos, de trabalho e sociais, toda a força se concentra nos civis e políticos, como se uns sem os outros pudessem garantir a justiça plena dos homens, comentou.

## O NEGÓCIO DA FOME

O especialista se referiu ao controle dos mercados, por parte das multinacionais, que reciclam a fome, manipulam os preços e criam situações que colocam os países à mercê destas crises artificiais e os fã mercantilistas de lucro.

Descartou que a biotecnolo-

gia e a engenharia genética possam resolver a fome no mundo e alertou sobre o monopólio e o controle das grandes companhias comercializadoras de alimentos sobre o germoplasma mundial, que exerce uma espécie de propriedade intelectual sobre as suas produções.

Cada país deve lutar para desenvolver as próprias fontes de alimentação e pelo menos, ser menos dependentes das multinacionais e creio que a agricultura sustentável é, a longo prazo, uma alternativa óptima.

Nesse sentido, pôs o exemplo de Cuba, que em face da crise que encara a partir do desabamento do socialismo na Europa, implementa um conjunto de medidas importantes com sucesso na agricultura, à procura da segurança na alimentação nas suas próprias fronteiras. Entre elas, mencionou a chamada Agricultura Urbana, de enorme produtividade, baixo gasto de

insumos e recursos e um elevado aproveitamento das terras.

## SURPRESAS NA AMÉRICA DO NORTE

Quanto à agricultura norte-americana, informou que foi muito afectada pelas leis cegas do mercado e pelos lucros. Na década de 50, existiam 6 milhões de donos de terras dedicados a produzir alimentos. Mas agora, na década 90, só restavam 3 milhões, que representam apenas 2 por cento dos norte-americanos.

A concentração da população e da comercialização da agricultura obrigou milhares de donos a deixarem as fazendas, afirma Martin e descreve o ciclo terrível que arrasa com eles: hipotecam a terra, depois não podem pagar, e os bancos a confiscam e a vendem às grandes companhias agrícolas.

Estas últimas entidades não

trabalham a terra com a mesma eficiência que os donos antigos e diminuem os rendimentos agrícolas por hectares. Porém, a empresa tem grandes lucros, pois o seu negócio é ter muitos hectares que produzam a baixo custo, embora não sejam com rendimentos óptimos.

A respeito de como o bloqueio do seu país contra Cuba nega uma possibilidade aos agricultores, que precisam de novos mercados para o escoamento das suas produções, o especialista de Oakland fica surpreendido.

Como cidadão norte-americano e espacialista é bem difícil para mim compreender que um grupo de políticos inimigos de Cuba, em Miami, possam impôr medidas que, evidentemente, vão contra os interesses verdadeiros da nossa nação. Eu acho que é uma aberração conjuntural e que necessariamente tem de mudar logo.

Martin Bourque mantém estreitas relações com o Grupo Nacional da Agricultura de Cuba e tem a certeza de que o único planeta habitado no Sistema Solar, tem remédio para o mal da fome. E isso, mais do que na fertilidade da terra, está em que a justiça se imponha.

*In Granma internacional*



Agência Guineense de Execução de Obras  
de Interesse Público e Promoção do Emprego

## ANÚNCIO

A Agência de Execução de Obras de Interesse Público e Promoção do Emprego, AGEOPPE, avisa à todas as Empresas de Classes Micro e pequena, e os Gabinetes de Estudos inscritos nessa Agência de que devem proceder a actualização dos seus registos o mais breve possível. Para o efeito, os processos de registo estão disponíveis na Sede da AGEOPPE sita na Rua General Omar Torrijos e poderão ser adquiridos mediante o pagamento de um montante não reembolsável de 10.000 XOF (Dez Mil Francos CFA).

A AGEOPPE informa que as Empresas e Gabinetes de Estudos que não tiverem os seus registos actualizados não serão convidados à apresentar propostas para a realização de estudos, obras ou fiscalização de trabalhos no quadro da Agência.

# Decreto Presidencial nº 23 / 2000

Sob proposta do Primeiro-Ministro,

O Presidente da República decreta, nos termos dos artigos 68º, alínea i), e 70º, da constituição, o seguinte :

Artigo 1º São exonerados os cargos que adiante se indicam:

- a) Dr. Helder Jorge Vaz Gomes Lopes-Ministro de Estado da Economia e Desenvolvimento Regional ;
- b) Eng. António Bamba-Ministro da Saúde;
- c) Eng. Francisco José Fernandes Júnior-Ministro dos Recursos Naturais e Ambiente;

- d) Eng. Daudá Saw-Ministro da Administração Pública e Trabalho;
- e) Dr. Fernando Jorge Monteiro Silva Vaz-Secretário de Estado dos Transportes e Comunicação.

Art. 2º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Bissau, 05 de Setembro de 2000.  
Publique-se.

O Presidente da República  
*Dr. Kumba Yalá*



**RGB**  
RESISTÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU  
PAZ - PROGRESSO - LIBERDADE

Bissau, 04 de Setembro de 2000

Exmo.Senhor  
Professor Ibraima Sory Djaló  
Mui ill Presidente Interino do PRS  
Excelência,

Tendo recebido, nesta a V / resposta à carta da Comissão Permanente da RGB datada de 31 do pretérito mês de Agosto e face ao teor da vossa comunicação que entre considerações várias, que registamos, não nos elucida sobre a real posição do partido que hoje Va. Exa. Dirige no que concerne ao Acordo de Coligação subscrito entre os nossos dois partidos, vimos, clarificar definitivamente o seguinte :

Tendo sido pioneiros na Luta pela introdução das Liberdades Democráticas na Guiné-Bissau e nessa esteira como é nosso timbre, reconhecemos e respeitamos o direito à opinião de Va. Exa., escusando-nos, contudo, de as comentar, por julgamos que tal procedimento, por inútil, em nada beneficiaria os Guineenses ou o esforço concreto pela construção do futuro do nosso país em que estamos seriamente empenhados.

Por isso, aliás, na nossa carta supramencionada não se encontra referência a qualquer Secretaria de Estado ou Ministério em específico, mas sim à filosofia que vem norteando o relacionamento inter-partidário no seio do executivo.

Porém, face às considerações tecidas por Va. na alínea a) (topo da 2ª. página da v / carta) não podemos deixar de apelar à sua memória para o conteúdo do acordo resultante da última sessão negocial havida no Ministério da Administração Interna, no gabinete do actual Primeiro-Ministro, no qual as duas partes convieram na criação das Secretarias de Estado do Tesouro, Orçamento e Assuntos Fiscais, pelouro que nos foi referido, seria, provavelmente, atribuído ao Dr. Purna Bia e Secretaria de Estado de Plano e Desenvolvimento Regional, para a qual foi indicada a hipotética indigitação do Sr. Dr. José Biai. Como porventura saberá Va. Exa., no momento da publicação do Decreto-Presidencial que criou o Governo, por razões que posteriormente nos foram justificadas, essas Secretarias de Estado às quais havíamos dado a nossa concordância, foram substituídas por uma híbrida e atípica Secretaria de Estado do Plano e Orçamento com a qual não concordamos desde logo e, por isso, para garantir a eficiência da acção do executivo e não por EGOÍSMOS PESSOAIS fizemos questão de clarificar

para que o acordo possa reflectir o Espírito e a Livre Vontade das partes contratantes.

Assim, no escrupuloso respeito pelo Acordo firmado e pela nossa forma de estar na política em respeito para com os demais, vimos reafirmar a nossa indisponibilidade para discutir qualquer proposta de lei orgânica que, criando novos Ministérios, suprimindo competências de outros Ministérios e Secretarias de Estado cujo titulares foram indicados pela RGB, para além do que constituiu objecto de Acordo entre os dois partidos, **vem, no nosso entendimento, representar a vontade de denúncia de tal Acordo de Coligação**, pois não nos queremos permitir interpretá-lo como dissimulação da vontade de dirupção do edifício de Estabilidade e Paz que vimos construindo, a bem de todos.

Excelência,

Ao longo de vinte seis anos da história política da RGB/Movimento Bâ-fata na oposição, na luta memorável, histórica e heróica pela construção da felicidade dos Guineenses, pautamo-nos sempre pela lisura e pelo estilo curial que nos deu uma IDENTIDADE e nos granjeou RESPEITO.Continuaremos a ser como sempre fomos para SERVIRMOS sempre a Guiné-Bissau, os Guineenses e o seu futuro, **respeitando todos e cada um e não transigindo no respeito que, por isso, nos é devido.**

Por isso :

No que concerne ao entendimento de Vas. Exas. de que matéria relativa à LeiOrgânica deve ser dirimida em Conselho de Ministros e, dada a natureza deste Governo que o é de coligação, temos a referir que dadas as dificuldades de funcionamento que se registam no seio do executivo e o diverso entendimento dos dois partidos coligação quando á matéria, associado á natureza da representação em Conselho de Ministro, entende a RGB que será sensato e razoável que previamente os dois partidos signatários alcancem um entendimento quanto á matéria, pois é sabido que coligação só pode ter o sentido de PARCERIA e não o de imposição de maiorias ou de minorias.

pelo exposto, e essencialmente por isso, os governos de coligação são diferentes dos governos constituídos por um só partido, ou por este e personalidade independentes.Assim, e visto que a nossa coligação não presuppõe uma relação de Senhor Escravo, e entendendo a RGB que a sua presença no Governo não se deve a uma cedência do PRS, como Va. Exa. refere, mais sim à livre vontade de cooperação dos dois partidos ditada pelos resultados eleitorais e pela correcta leitura da conjuntura político-militar, vimos informar que os membros do governo indicados pela RGB não participarão em qualquer discussão da Orgânica do Governo que se faça em Con-

selho de Ministros sem o respeito do princípio da negociação prévia desta matéria.

Relativamente à Va. Sugestão no sentido da participação do Presidente e dos mais altos Dignatários da RGB numa reunião da Comissão Executiva alargada do PRS a ter lugar no próximo dia 6 do corrente, que registamos com apreço, somos contudo a declinar o v/amável convite por ser nosso entendimento que estas e outras matérias em discussão devem continuar a ser tratadas no âmbito da Comissão negocial existente, à qual reiteramos a total confiança da Comissão Permanente da RGB ,sem embargo de, se poder realizar, a todo o tempo, encontros entre os Presidentes dos dois partidos a fim de facilitar a dirimência de eventuais obstáculos.

Excelência,

No governo ou na oposição, no exílio ou na legalidade, nas prisões ou em liberdade, nós RGB continuaremos a SERVIR como sempre o fizemos a Guiné-Bissau, razão fundamental das nossas vidas.Por isso, Excelência, é necessário e é hora de nos elucidarmos todos quanto à natureza da Coligação que firmamos, pois ela não corresponde a um favor prestado pelo PRS à RGB ou pela RGB ao PRS.Estamos juntos porque assim quiseram a história e os guineenses, nas circunstâncias específicas que resultam das eleições e de uma vontade de mudança de um povo sofredor que nos exige que nos entendamos e assumamos, cada um as nossas responsabilidades.

**E creia-nos, sem altivez nem soberba, na convicção de que todos nós nos reduzimos à insignificância de simples e fugazes cometas no universo da História da Guiné-Bissau.Antes de nós existiu e depois de nós continuará a haver Guiné-Bissau.Por isso ninguém se pode pretender com o exclusivo da razão ou no direito de imposição. Assim não o pretendemos também nós e movemos apenas a vontade de CONSTRUIR a GUINÉ-BISSAU em PARCEIRA,pois não devem as bugiarias e ambições ilegítimas ditar o destino de um povo que sofre, se essa for, também, a vontade clara de Vas. Excelências.**

Sem outro assunto, queira aceitar, Excelência, a expressão dos nossos melhores cumprimentos,

C.C.:

- Excelentíssimo Senhor Presidente da República
- Excelentíssimo Senhor Presidente da A.N.P.
- Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro
- Excelentíssimo Sr.Representante Especial do Secretário-Geral da ONU
- Excelentíssimo Senhor Líder da Bancada Parlamentar do PRS
- Excelentíssimo Senhor Líder da Bancada Parlamentar da RGB

Ministério da Justiça

## CONCURSO PÚBLICO PARA RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO NACIONAL

### I. Introdução

O governo da Guiné-Bissau pretendê efectuar a implementação de reformas legislativas nos domínios de direito de negócios e na formação de recursos humanos, com vista a imprimir um maior dinamismo e eficiência aos serviços de administração da justiça, proporcionando assim um ambiente favorável ao desenvolvimento e ao reforço da capacidade do sector produtivo do país por intermédio de iniciativas do sector privado.

Assim, o Ministério da Justiça, através da Unidade de Coordenação do Projecto de Desenvolvimento do sector privado, financiado pelo Banco Mundial ao abrigo do Crédito PSBCP Letter Agreement N° Q 084-0 & Q 084-01 GUB, faz público o lançamento do Concurso para preenchimento de uma vaga de **Assistente para a Reforma Jurídica no quadro da ORGANIZAÇÃO PARA A HARMONIZAÇÃO DE DIREITO DE NEGÓCIOS EM ÀFRICA (OHADA)**.

Para o referido posto podem igualmente concorrer os **quadros guineenses que se encontram no estrangeiro**.

### II. Posto em Concurso

1. Assistente técnico para a Reforma Jurídica no quadro da OHADA, conforme os termos de Referência.

### III. Lugar de Afectação

1. Ministério da Justiça

### IV. Qualificação Requeridas

1. Formação Superior em Direito

### V. Experiência Profissional

No mínimo 5(cinco) anos de experiência no exercício das referidas actividades.

### VI. Conhecimento Linguísticos

Bom domínio do Português e do Francês, escrito e falado.

### VII. Conhecimentos Informáticos

Ter bons conhecimentos informáticos, na óptica do utilizador, dos programas do ambiente Windows (Word, Excell, etc.).

### VIII. Candidaturas

As candidaturas deverão ser dirigidas ao Gabinete da Ministra da Justiça, até as 12 horas do dia 22 de Setembro de 2000, em envelope fechado, contendo os seguintes documentos:

- . Carta de candidatura
- . Curriculum Vitae
- . Carta de recomendação do último empregador
- . Cópia autenticada do Diploma ou Certificado de Habilitações
- . Fotocópia do Bilhete de Identidade ou do passaporte

### IX. CONDIÇÕES DE EMPREGO

É condição prévia o candidato estar totalmente desvinculado da Administração Pública ou Privada  
O trabalho será exercido em regime de tempo integral.

A duração do contrato é de 6 (seis) meses, com possibilidade de renovação.

Para mais informações e consulta dos Termos de Referência do Posto em Concurso contactar a Unidade de Coordenação de Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado (UCPDSP), sita na Rua Justino Lopes, nº.74-A, Chão de Papel-Bissau (antiga sede da Comissão Regional de Eleições do Sector Autónomo de Bissau).

## African Reinsurance Corporation Societe Africaine de Reassurance (Africa Re)

Institution professionnelle de réassurance regroupant 41 Etas Membres de l'Organisation de l'Unité Africaine (OUA), la Banque Africaine de Développement, plus 90 compagnies d'assurances/réassurance et ayant son Siège à Lagos (Nigéria, trois bureaux régionaux sis respectivement à Casablanca por l'Afrique du Nord, Nairobi pour l'Afrique Orientale et Australe et Abidjan por l'Afrique Francophone, un bureau de contact à Johannesburg (Afrique du Sud) aisi qu'un bureau local à Port Louis, Maurice (ile Maurice),

### ANNONCE

La vacance du poste de Sous-Directeur chargé du Personnel et des Services Généraux de la Societé.

#### I. FONCTIONS

Le titulaire, basé ao Siège à Lagos (Nigéria), sera chargé d'appliquer la politique de la Société en matière de gestion des ressources humaines et d'assurer l'administration des services généraux.

#### II. PRINCIPALES TACHES

1. Assister la Direction Générale à élaborer/mettre à jour la politique de gestion des ressources humaines.
2. Veiller à mise en application de ladite politique conformément aux dispositions statutaires et règlementaires en vigueur, notamment en ce qui concerne les obligations et droits, la rémunération, les avantages, la protection sociale, la carrière et la discipline.
3. Assurer la liaison avec les partenaires sociaux de la Société.
4. Veiller à la bonne conservation des biens meubles et immeubles de la Société.
5. Assurer l'approvisionnement de la Société.

#### III. QUALITICATIONS ET EXPERIENCE

1. Les candidats doivent être titulaires d'un diplôme universitaire obtenu après 4 années d'études supérieures au minimum dans une discipline appropriée ou d'un diplôme professionnel d'un niveau équivalent (Gestion de ressources humaines /sciences sociales).
2. Ils doivent avoir une bonne maîtrise des techniques modernes de gestion des ressources humaines et justifier d'au mois 10 ans d'expérience utiles dans ce domaine, dont au moins 5 à un niveau d'encadrement.

#### IV. CONDITIONS

1. Etre ressortissants d'un Etat membre de la Société.
2. Etre âgés de 35 ans au moins et de 50 ans au plus.
3. Etre intègres et dignes de confiance.
4. Maîtriser l'une des deux langues de travail ( anglais ou français) de la Société qui devra être la langue de base du titulaire et avoir une bonne connaissance de la deuxième langue.

#### V. INFORMATIONS COMPLEMENTAIRES

1. Statut : Le titulaire jouira des immunités et privilèges liés à ce poste.
2.  Salaire : Attayant et de niveau comparable à celui payé par les Institutions financières interafricaines similaires à des fonctionnaires du même rang. Diverses indemnités sont en outre octroyées.
3. Autres avantages: Logement meublé.

#### VI. PROCEDURE

Les candidatures dactylographiées, signées et accompagnées d'une photo d'identité doivent être envoyées à l'adresse suivante:

Monsieurs le Directeur Général  
Société Africaine de Réassurance  
AFRICA RE Building  
Plot 1679 , Karimu Kotun Street, Victoria Island,  
P.M.B. 12765  
Lagos - Nigeria

Tél: (234 -1) 2663441/ 2663323/2626660 -3  
Fax: (234 -1) 2663282/2626664  
E-mail [Info\(a\)africa-re.com](mailto:Info(a)africa-re.com)

#### VII DATE LIMITE DE DEPOTS DES CANDIDATURES

15 SEPTEMBRE 2000

## N'Tchama em Dakar

**E**m busca de soluções para a crise fronteiriça que afecta os nossos dois países, o Chefe de Governo guineense voou esta manhã para a capital senegalesa, onde vai avistar-se com o seu homólogo desse país que recentemente visitou a fronteira leste, região de Kolda.

## Condenado mais um prisioneiro de guerra João Monteiro fica atrás das grades por 12 anos

**O ex-Director vai cumprir 10 anos e 8 meses de pena efectiva, uma vez que cumpriu 22 meses de prisão preventiva.**

**D**os vários crimes de que era acusado o réu, o colectivo de juizes entendeu, que quatro deles integravam o espírito do pacto de transição subscrito pelas partes beligerantes na altura do conflito político militar de 7 de Junho, que numa das suas cláusulas reza que ninguém deve ser perseguido pelo facto de ter participado deste ou aquele lado.

Os crimes isentos foram a traição à pátria, colaboração com forças armadas inimigas, incitamento a guerra e sabotagem contra a defesa nacional. No que toca ao genocídio provou-se não existir provas, pois foi, segundo o Juiz-Presidente, Armindo Marques Vieira, uma guerra em que participou toda a nação.

Quanto aos crimes de incêndio e furtos qualificados, provou-se mais uma vez não existir provas que sustentam as suas acusações, porque as testemunhas arroladas retiraram-se as suas declarações perante o colectivo.

Nas suas declarações Iaiá Dabó, disse que foi induzido a apontar João Monteiro como autor moral do incêndio da residência de Amine Saad por parte deste último, que na altura, na qualidade de Procurador-Geral da República prometeu transferir-lo de Base Aérea para a 2ª Esquadra, onde teria acesso as visitas familiares e outras regalias.

Sobre o furto qualificado, o colectivo entendeu não existir provas convenientes da participação de João Monteiro no roubo de carros na empresa Mavegro, isso porque Baciro Dabó, principal testemunha da acusação disse ter obtido essa informação através de José Manuel Mendes



O réu, João Monteiro na sala de julgamento

Pereira.

Excluídos assim este rol de acusações, João Monteiro, foi condenado por ter cometido crimes de ofensas corporais e actos contra a liberdade humana, por ter ordenado na altura de guerra a Iaiá Dabó, a prender o cidadão Ansumane Faty, acto que veio a resultar em torturas submetidos a vítima, chegando a ponto de deixar-lhe marcas físicas e morais até a esta data.

O juiz-Presidente, disse que a justiça foi feita porque a decisão não foi tomada de ânimo leve, mereceu profundas ponderações e concentrações, entre os membros do colectivo.

Quanto ao Ministério Público, garantiu recorrer da sentença no tribunal, por este ter afastado alguns dos crimes relacionados com o pacto de transição.

Para o advogado de Defesa, Carlos Vaz, o MP até agora não esta seguro nas suas posições. "Primeiro defendeu a fusão dos dois crimes numa só e, se agora o tribunal der a sentença, baseando na separação dos referidos crimes e o MP concluir que deve recorrer, vamos deixa-lo avançar".

O condenado, João Monteiro disse sentir-se tocado, porque não houve outras testemunhas que confirmassem a sua inocência. "Esperava uma coisa dessa, uma vez que era Iaiá e Baciro os principais acusadores", disse de forma inigmática a terminar.

## "A exoneração dos membros da RGB do Governo não significa roptura na coligação"

- Defende Caetano N'tchama

**"Exonerar membros de RGB no Governo de coligação PRS/RGB de base alargada não significa que há, de imediato, uma roptura na coligação, declarou o Primeiro-Ministro em conferência de imprensa efectuada quarta-feira, em Bissau. O chefe do executivo falava da posição do Governo frente ao decreto presidencial que afastou do elenco governamental, alguns indivíduos pertencentes à Resistência da Guiné-Bissau, RGB.**

**A**justificar a medida, N'tchama referiu que não surgiu ainda nenhuma denúncia quer da parte do PRS, quer da parte da RGB sobre o fim da coligação.

À esse respeito, acrescentou, que ele, enquanto Primeiro-Ministro, aposta no diálogo como condição fundamental para a resolução de qualquer problema, uma vez que são os interesses do país é que estão acima de quaisquer interesses partidários ou pessoais.

N'tchama adiantou que uma das razões atrás deste problema é que o facto de o seu executivo ter estado a funcionar sem uma lei orgânica que defina as atribuições e competências de cada membro do Governo. Foi nessa base que o mesmo mandou preparar um diploma elaborado por um consultor seu, para ser discutida em conselho de ministros.

Segundo ele, antes da apresentação do dito diploma já existiam uma proposta e contra-proposta das duas partes. O que resultou na carta que a RGB dirigiu ao Presidente Interio do PRS, professor Ibraima Sori Djaló, exigindo certas coisas que não achavam bem no conjunto da coligação.

O Primeiro-Ministro revelou à imprensa que a fricção entre PRS e RGB começou há muito tempo, mas sempre foi bem gerida pelo governo. A apoiar esta ideia, referiu que é normal uma vez que mesmo nas famílias acontecem estes tipos de problemas. Por essa razão, insistiu na elaboração do

précitado diploma com a finalidade de definir claramente as atribuições e competências de cada um no Governo.

Nesta perspectiva, sublinhou ele, o Primeiro-Ministro fez questão de convidar todos os membros do governo a tomarem parte na discussão do documento. O que fez a RGB? Recusou pura e simplesmente a participação dos seus membros na discussão, alegando que isso não passava de uma tentativa visando a diminuição dos poderes aos seus membros presentes no Governo. Por isso, agiu como agiu. "É que a RGB tem que ter a coragem de dizer a verdade para os que não estão com vontade de trabalhar no Governo ou a darem lugar aos que querem" frisou.

Depois, acrescentou que o país tem recursos humanos e materiais, que podem trabalhar para a reconstrução da Guiné-Bissau que ao longo de vários anos esteve no abismo.

"O que nos interessa, neste momento, é a reconciliação da Família guineense, que passa necessariamente pelo diálogo entre as pessoas", destacou Caetano N'tchama.

Para ele, a coligação entre os dois partidos é o fruto das últimas eleições legislativas, em 1999, nas quais o PRS obteve 38 lugares na ANP, e a segunda volta das presidenciais já no ano 2000, nas quais o actual Presidente da República teve uma maioria rutumbante de 78 por cento da expressão popular. Mas, movidos



O Primeiro-Ministro, Caetano N'tchama

pela força e vontade de mudança, a RGB foi chamada a fazer parte do Governo como quem sempre fez uma boa oposição na vanguarda. Este é o ponto a partir do qual foi amarrado o casamento entre as duas formações políticas, o qual devia ser respeitado.

Ao quisermos saber, se a exoneração não irá provocar uma certa alteração em termos de programas, Caetano N'tchama respondeu:

"Não vai haver alteração nenhuma. Porque é um programa elaborado com estética e conteúdo de governação para quatro anos. Sim, o meu governo tem trabalhado com dificuldades, devido ao facto de não ter recebido ainda um apoio substancial por parte da Comunidade Internacional!"

Amarante Sampa